



Ex-presidente dos Correios prorrogou contratos de quase R\$ 1 bilhão para fornecimento de tíquetes

Ex-presidente dos Correios prorrogou contratos de quase R\$ 1 bilhão para fornecimento de tíquetes. O ex-diretor de Gestão de Pessoas Pedro Magalhães Bifano afirma que foi contrário à renovação dos contratos.

Murilo Ramos e Marcelo Rocha



EXONERADO

Carlos Henrique Custódio foi demitido da presidência dos Correios por Lula

Um dos últimos atos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) sob o comando de Carlos Henrique Custódio, demitido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na quarta-feira (28), foi prorrogar contratos para o fornecimento de vale alimentação a empregados da estatal. A ECT terá de desembolsar quase R\$ 1 bilhão por ano com a despesa.

A renovação ocorreu após divergência interna. A área operacional da empresa sugeriu a extensão dos contratos por mais um ano. O assunto foi submetido ao crivo da Diretoria de Gestão de Pessoas, então chefiada por Pedro Magalhães Bifano, também exonerado por Lula na quarta-feira. Bifano, indicado pela bancada do PMDB da Câmara dos Deputados, discordou do encaminhamento sugerido pela área técnica. "Esta Diretoria (Gestão de Pessoas) sempre se posicionou contrário à renovação", afirma um relatório interno dos Correios ao qual ÉPOCA teve acesso e que revela a divisão na cúpula da estatal (confira o documento abaixo). O assunto foi submetido à apreciação da diretoria colegiada, que decidiu pela renovação com as empresas Ticket Serviços S.A (R\$ 755 milhões) e Sodexo Pass (R\$ 234 milhões).

Em entrevista à revista, o ex-diretor da ECT disse que foi o único integrante do grupo a discordar da prorrogação. Bifano afirma que os novos valores dos contratos renovados superariam o adicional de, no máximo, 25% permitido pela lei que rege as licitações. "Quando chegou na hora de renovar eu vi que já estavam acima de 25%. E achava que tinham de ser licitados novamente", afirmou.

ÉPOCA procurou os Correios para saber por que a empresa renovou os contratos em vez de lançar novas concorrências. A assessoria de imprensa do órgão afirmou que não conseguiria responder aos questionamentos até a conclusão da reportagem.

Os Correios mantêm quatro contratos para o fornecimento de vale alimentação a seus empregados. O maior deles, de R\$ 540 milhões, atende os colaboradores lotados na administração central e nas diretorias regionais do Nordeste, São Paulo, Goiás e Tocantins. O segundo maior é de R\$ 215 milhões e atende os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Na sequência vem o contrato para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 155 milhões. Por último, o contrato que atende a região Norte mais os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Resultado de licitações realizadas em 2006, as renovações valem até abril do próximo ano.



... “ ... esta Diretoria sempre se posicionou contrário à renovação e que o assunto vem sendo tratado junto à Direção superior da Empresa, nos termos da CI/DIGEP-1 13/2009” e que “qualquer deliberação final, até pela relevância do benefício e seu valor estratégico dentro das políticas da Empresa, deve ser submetida à aprovação deste Diretor, como, aliás, foi feito no caso da CI/GAB/DEGEP – 884/2010” ...



Diante do exposto, submete-se o presente relatório à deliberação da Diretoria Colegiada, destacando que a razão de tal submissão é estritamente em função do impasse gerado pelas posições divergentes entre o Gestor Operacional dos Contratos (DEGEP) e a Diretoria de Gestão de Pessoas , quanto à prorrogação dos contratos , conforme registrado pela CECOM (Órgão Gestor Administrativo), por meio do Relatório GGCF/CECOM-460/2010 , e do caráter estratégico de que o assunto se reveste, considerando o impacto que pode acarretar à ECT a solução de continuidade dos serviços objeto destes contratos, conforme atestado pelo Gestor Operacional (DEGEP), por meio da CI/GSSB/DEGEP-6059/2009, a seguir transcrita: